



PRÁTICAS EDUCATIVAS PRESENTES NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ (1748-1822)

Nileide Souza Dourado*; Dr. Nicanor Palhares Sá**

nileide@ufmt.br; palhares@ufmt.br

*Doutoranda em Educação, UFMT; pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR, ICS, UFMT); ** Professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

RESUMO

Este artigo integra parte da discussão da tese que estou elaborando junto ao Instituto de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo objeto de estudo é as práticas educativas escolares e culturais em Mato Grosso, presentes nos espaços de sociabilidade da população de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital) e na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, na segunda metade do século XVIII, mediante a interação de singularidades dos saberes cotidianos de homens e mulheres, fundamentais para evidenciar as modalidades do fazer educacional, de natureza escolar (1759-1772) e também os não sistemáticos utilizados para se “educar” e “instruir” a população de Mato Grosso nos setecentos, seja na perspectiva de revelar aprendizados nos limites da educação escolar, como também dar a conhecer outros processos e possibilidades históricas pelos colonizadores e colonizados na Vila de Cuiabá e Vila Bela, sobre os quais recai ainda uma grande margem de desconhecimento.

Palavras-Chave: História da Educação. Práticas Educativas. Mato Grosso Colonial

ABSTRACT

This article is part of the discussion of the thesis I am working out at the Institute of Education - Graduate Program in Education (PPGE) - Federal University of Mato Grosso (UFMT), whose object of study are educational practices in schools and cultural Mato Grosso, present in the spaces of sociability of the population of Vila

Bela of the Trinity (Capital Town) Vila Real and the Good Lord Jesus of Cuiabá, in the second half of the eighteenth century, through the interaction of singularities of the everyday knowledge of men and women, to highlight the fundamental modes of making educational in nature school (1759-1772) and also the systematic ones used to "educate" and "educate" the population of seven hundred in Mato Grosso, is the prospect of revealing the limits of learning school education, but also to inform other processes and historical possibilities and colonized by settlers in the town of Cuiabá and Vila Bela, on which lies still a great deal of ignorance.

Keywords: History of Education. Educational Practices. Mato Grosso Colonial

INTRODUÇÃO

Este artigo integra parte da discussão da tese que estou elaborando junto ao Instituto de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo objeto de estudo é as práticas educativas escolares e culturais em Mato Grosso, presentes nos espaços de sociabilidade da população de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital) e na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, na segunda metade do século XVIII, mediante a interação de singularidades dos saberes cotidianos de homens e mulheres, fundamentais para evidenciar as modalidades do fazer educacional, de natureza escolar (1759-1772) ¹ e também os não sistemáticos utilizados para se “educar” e “instruir” a população de Mato Grosso nos setecentos, seja na perspectiva de revelar aprendizados nos limites da educação escolar, como também

¹ [...] Em 1759, o governo português desmantelou toda uma estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar as *Aulas Régias*. O Estado luso estatizou o ensino, ao constituir um sistema determinado e controlado pelo Estado, que pela primeira vez assumia diretamente a responsabilidade da educação, tornando-a leiga ou laica, embora a religião católica continuasse obrigatoriamente presente [...] No campo ideológico, percebemos a influência do movimento ilustrado na proposta educacional então planejada, que pregava o progresso científico e a difusão do saber, ao mesmo tempo em que tentava manter privilégios típicos do Antigo Regime, como uma educação especial para a nobreza, numa composição própria do despotismo esclarecido (CARDOSO, 2004, p.180- 181). [...] A Lei de 6 de novembro de 1772 determinou a criação de novas cadeiras de Primeiras Letras e de Gramática Latina em diferentes partes do Império Português, sendo 44 delas no Brasil [...] A lei de 1772 diz respeito ao pagamento dos ordenados dos professores, o que envolvia a arrecadação do Subsídio Literário e sua aplicação, segundo as finalidades de sua criação, (FONSECA, 2010, p.22 e 50).

dar a conhecer outros processos e possibilidades históricas pelos colonizadores e colonizados na Vila de Cuiabá e Vila Bela, sobre os quais recai ainda uma grande margem de desconhecimento.

Logo, faz-se necessário um olhar sobre os processos que vão para além da ação do Estado ou da Igreja, mas, principalmente, pontuam as ações de iniciativas particulares dos respectivos lugares, detentoras de conhecimento e disponibilidade, veiculadas através de professores, padres, mestres e familiares, que privilegiem as práticas cotidianas culturais da sociedade mato-grossense nos oitocentos, envolvendo os aprendizados educacionais escolares e as trocas culturais sobre técnicas, ofícios, comportamentos e aquelas de caráter religioso, além de outros saberes provenientes das várias origens culturais e que se expressaram nessa área extrema do oeste colonial.

Para abordar a educação na América portuguesa, em especial a manifesta na Capitania de Mato Grosso do século XVIII, há que se romperem as fronteiras da educação escolar e buscar nas práticas de educação estabelecidas fora das escolas, principalmente, as imbuídas de saberes constitutivos da movimentação cotidiana da população lusitana, indígena, africana, mameluca e aquelas advindas dos descendentes mestiços radicados em Mato Grosso, sobretudo, as constituídas por indivíduos que, em sua maioria, se encontravam fora da herança cultural do velho mundo, porém, calcados e manifestos pelos vínculos de sociabilidade e de dimensão cultural ante o envolvimento dos diversos universos culturais que se cruzavam e entrecruzava nessas territorialidades, especialmente advindas do contingente índio, negro, branco pobre e mulato.

De acordo com as evidências das fontes, percebeu-se que as gerações adultas e jovens advindas dos desfavorecidos, trabalhavam em ofícios diversos, como pedreiros, soldados da companhia de pedestres, aventureiros (soldados sem fardas), domésticos, remadores, raizeiros, carpinteiros, barbeiros, ferreiros e alfaiates, cujos processos educativos e culturais ocorridos, também, nos espaços de sociabilidade, como no seio familiar, campo de trabalho, nas praças e lugares públicos, nas festas, atividades religiosas, representações teatrais e ações pedagógicas práticas. Portanto, ações corroboradas pelos contatos com agentes governamentais, elites, camadas médias e homens livres e pobres que se relacionavam dentro de uma circularidade cultural, tanto que dão-nos a ver e a dizer:

Ano de 1772

[...] No dia 4 de Outubro pelas cinco horas da tarde entrou nesta Vila vindo pelo caminho de terra Ilustríssimo e Excelentíssimo General que ainda hoje existe governando, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, foi recebido na entrada da Vila pela Câmara que o esperava em uma casa ricamente ornada, que para esse fim que se armou na paragem, e rua chamada à mandioca, e dali conduzido de baixo de palio, que carregaram seis republicanos, e acompanhados da mesma Câmara, Nobreza, e Povo para a Igreja Matriz, onde o esperava paramentado de capa o Reverendo Pároco como a mais eclerezia da terra, e depois de feitas as cerimônias do incenso, e beijamento da cruz, entrou o dito Pároco o *Te Deum Laudamus*, que prosseguiu a Música. Findo este ato se recolheu da mesma forma para a residência, que se lhe havia preparado, dando lhe os corpos auxiliar, e ordenanças as descargas do estilo; o que feitos, e praticados as mais circunstancias de vidas, nessa mesma noite, e nas duas seguintes iluminaram os moradores as suas casas. Depois houvera vários festejos de óperas, e comedias em tablado publico, além de danças, bailes, e outros festejos, que durarão por muitos dias, sendo em todo geral o contentamento. Aqui se demorou até o dia três de Novembro em que se regressou para a Capital de Mato Grosso pelo caminho de terra [...] (ANNAIS DO SENNADO DA CÂMARA DO CUIABÁ, 2007, p. 101).

A potencialidade desse registro de memória, documento de cunho noticioso, os “annais” nos revela elementos que reforçam *status* ou melhoria da elite local, bem como o envolvimento da camada média nos festejos, caracterizando, de certa

maneira, uma educação de cunho cultural e de natureza pública, inscrevendo-se na civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados. Isso também possibilitou ao povo o refinamento de hábitos, uma vez que muitos membros da sociedade colonial mato-grossense fossem eles representados pelas elites, a camada média e os homens livres e pobres, era composta por homens rústicos que não sabiam ler, escrever ou contar.

Na perspectiva de ampliar o debate sobre questões educacionais na capitania de Mato Grosso, procura-se enxergar os espaços de sociabilidade da população da Capitania sob a ótica de Sérgio Buarque de Holanda, visto suas definições de sertão² e fronteira³, assim como em outros estudiosos e nas múltiplas fontes que versam sobre os ambientes urbanos e culturais das vilas de Cuiabá e Vila Bela (Vila Capital) e que tratam da história da sociedade mato-grossense, em especial, sobre as espacialidades que se constituíam nos oitocentos: “[...] as únicas repartições de fixação e de enraizamento edificado, ou seja, lugares recheados de movimentos, mudanças, com intensa circulação de informações e de plural oralidade das línguas,

² Sertão [...] lugares não povoados, não necessariamente áridos - ao contrário, às vezes extremamente úmidos, como as capitanias de São Vicente e São Paulo, berço dos bandeirantes que desbravaram o interior da colônia de norte a sul. Alcântara Machado, em *Vida e morte do bandeirante*, afirma que a palavra “sertão” já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como a “denunciar que para o sertão esta voltada constantemente a alma coletiva”, pois ele foi “o centro solar do mundo colonial”. Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. Trazia, porém, “o risco das forças destrutivas da natureza rebelde”: Onças, tigres” e outros bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas”, além das populações muitas vezes confundidas com a própria fauna, os “negros da terra” [...] mas foi Sergio Buarque quem valorizou o tema, refletindo sobre a noção de fronteira no período colonial. Contrapôs o ambiente litorâneo, marcado pela agroexportação nordestina, com a “civilização” do interior, baseada na agricultura de subsistência - os trigais – fruto da conquista das matas selvagens pelos bandeirantes e mamelucos (VAINFAS. Dicionário do Brasil – Colonial – 1500 – 1808, p.528-529).

³ O conceito de fronteira presente nesse estudo é aquele entendido também como “[...] entre paisagens, populações, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos, ou melhor, equipados.” (HOLANDA. Caminhos e Fronteiras, p. 12-13).

das falas, fazer e refazer de escritas, inovações, ‘alterações’ da natureza, interação econômica e de alteridades.” (ROSA, 2003, p. 11).

Destarte, ‘o caminho pelas águas até Cuiabá’, como nos fala uma das mais respeitadas historiadoras contemporânea de Mato Grosso, E. M. Siqueira (2002, p. 34) “[...] foram trilhados pelos bandeirantes paulistas quando atingiram o rio Coxipó, promovendo guerra aos índios Coxiponés, chegaram a pé ou através de pequenas embarcações, utilizando-se da imensa rede hidrovia que drena o centro do continente”. Sublinha ainda Siqueira que:

No momento em que a mineração floresceu as margens do rio Cuiabá, nasceu ali um arraial onde foram construídas casas, igrejas, estabelecido pequeno comércio, tornando-se necessário regularizar o abastecimento, pois seus habitantes estavam ocupados somente com a mineração [...] A esse sistema abastecedor e de transporte de pessoas, implementado exclusivamente através dos rios, deu-se o nome de *monções* [...] Abastecimento hidroviário feito duas vezes ao ano e a viagem demorava, aproximadamente de 4 a 6 meses, dependendo do volume de água dos rios. Nela, os pilotos e a tripulação eram obrigados a ultrapassar cachoeiras e atravessar, por terra, grandes trechos entre rios denominados varadouros. Nessa ocasião, canoas e bagagens eram carregadas no ombro dos índios ou dos africanos. Além disso, as monções contavam com contratemplos inesperados, como avarias das embarcações, temporais, falta de alimentos e, sobretudo, ataque dos índios que habitavam as regiões limítrofes ao trajeto. (Idem, 2002, p. 34).

Da mesma forma, Holanda (1973, p. 27) revela que, pela ocupação de quase todo “[...] o litoral, pelo devassamento dos sertões, e pela afirmação portuguesa nos extremos norte-oeste-sul, veremos a integração do território nacional praticamente concluída na primeira metade do século XVII”. Argumenta ainda Holanda que “[...] os bandeirantes transformaram-se em mineradores e fundam arraiais, logo engrossados por toda casta de gente. Povoava-se a faixa central Minas-Goiás-Cuiabá, e delineia-se a fronteira de Mato Grosso”. (Idem, 1973, p.27). É importante considerar que a Vila de Cuiabá, torna-se um lugar de povoação importante no

extremo oeste da América Portuguesa, seja pela sua posição geográfica, econômica, política e comercial, como pelas atividades culturais e eclesiásticas constituída pelos habitantes que, sempre estiveram ligados ao processo de construção e desenvolvimento administrativo da capitania de Mato Grosso. O abastecimento da vila com os produtos de primeiras necessidades, tais como arroz, feijão, mandioca, farinha de mandioca, milho, açúcar e cachaça, foram estabelecidos por regiões próximas de Cuiabá, como Rio Abaixo (Santo Antônio de Leverger) e Serra a Acima (Chapada dos Guimarães). Já os demais produtos chegavam através do grande comércio efetuado pela Capitania de São Paulo, de onde chegavam roupas, bebidas, medicamentos, ferramentas de trabalho e alimentos variados, inclusive o sal. Cuiabá, lugar pertencente à Baixada Cuiabana, região da bacia do Alto Rio Paraguai, cujo núcleo principal era a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, foi criada pelo Governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em 1º de janeiro 1727, e conquistada, no ano de 1719, pelos bandeirantes paulistas que, nas margens do Córrego da Prainha, encontraram ouro. Mais tarde, a Vila foi elevada à categoria de cidade, pela Carta-lei de 17 de setembro de 1818⁴.

Agora, Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada na Repartição do Mato Grosso (entre a margem Ocidental do Rio Paraguai e o Rio Guaporé) foi desbravada pelos Irmãos Paes de Barros (paulistas), a partir do ano de 1734, os quais adentraram a região onde descobriram lavras auríferas no Rio Galera, em Santana, Brumado, Santana e São Francisco Xavier e Minas do Alto Paraguai. Desse modo, Vila Bela foi desenhada sob régua e compasso, de ruas simétricas, perpendiculares e ângulo reto, imprimindo a arte do urbanismo português em terras coloniais. Portanto, foi o

⁴ LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*, p. 134.

lugar escolhido para sediar o palácio governamental e a instalação dos órgãos da administração pública. Logo, foi essa efetiva movimentação que ensejou, no ano de 1752, a fundação da primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, a Vila-Capital, que, através da Carta Régia de D. João V, datada de 9 de março de 1748, ocasião em que foi nomeado para governá-la um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura ⁵.

Assim, Vila Bela veio a se tornar o principal aglomerado urbano, visto ser a sede da Coroa Portuguesa na parte mais a oeste da América portuguesa, na fronteira entre as colônias da América Espanhola (SIQUEIRA, 2002, p. 36). Nestes termos, Antônio Rolim de Moura, ao vir para Mato Grosso, trouxe a Instrução Régia⁶ da Rainha, D. Mariana Vitória, com data de 19 de janeiro de 1749, contendo 32 itens que determinavam e detalhava, a princípio, o modo como deveria administrar a Capitania:

Principalmente no que concerne aos aspectos de segurança e defesa da fronteira. Escolheu para fundação da sede da capitania, o local denominado Pouso Alegre, nas margens do rio Guaporé, onde, em 19 de março de 1752, fundou solenemente Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante o seus 13 anos de administração, muito fez pela Capitania de Mato Grosso. Construiu e consolidou a sede Vila Bela, dotando-a de toda a infraestrutura necessária para a administração, como prédios, residências, igrejas, palácio, quartéis e demais repartições coloniais. Consolidou a posse por toda a margem direita do rio Guaporé, inclusive expulsando em 1763 os espanhóis de forte que havia construído em domínio lusitano. Em seu lugar ergueu o forte de Nossa Senhora da Conceição. Manteve uma estrita vigilância

⁵ D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, Primeiro Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Governador da Bahia, Vice-Rei do Brasil, nasceu a 12 de março de 1709 - descendia, portanto, por linha de varonia, da antiqüíssima e nobilíssima família dos Mendonças, mas não usou do apelido Mendonça "por que sucedeu na Casa d'Azambuja, pela renúncia, que fez D. João Rolim de Moura, último varão desta família. D. Antonio Rolim foi o sexto filho de um total de quinze que tiveram o IV Conde de Val de Reis e sua esposa D. Leonora de Noranha (MOURA. D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja- p. 9-10.

⁶ *Instrução Régia* – Orientação Real para execução de atos normativos: Documento - "fundador" - repassado aos capitães-generais que vinham governar a capitania de Mato Grosso, quando saíam de Lisboa, contendo recomendações expressas que bem representavam as preocupações da Corte com a Capitania. [...] Eram mandados para uma terra distante, sem grande aparato militar de defesa, fronteira com o reino espanhol, com quem, apesar do tratado de paz e limites assinado, vivia Portugal em constantes desavenças [...]. Ainda, havia as instruções trocadas entre os capitães-generais, quando da transferência de governo (IHGMT - Instruções aos Capitães-Generais, p.8-9).

das fronteiras. Enfim, foi o Capitão-General que realmente iniciou a consolidação das fronteiras mato-grossenses (Moura Antônio Rolim de. Notícias sobre o estado das minas do Mato Grosso e suas dependências e o quanto nelas se têm dobrado. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, p.9-10; 2010⁷.

Vale ressaltar que, além do ouro, essa região teve papel preponderante como agente de ocupação, cujo povoamento ocorreu, também, como resultado do plano político-estratégico traçado pelas autoridades de Lisboa para a ocupação da região guaporeana, garantia dos domínios portugueses fronteiriços com os castelhanos. Sugeria que tais garantias fossem ampliadas, estendidas através das ações nas áreas de defesa, política e o comércio, com destaque para o de Mato Grosso com o Pará - Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - projeto delineado pelo marquês de Pombal que visava à penetração nos domínios espanhóis via rio Guaporé, atingindo as províncias de Quito, Orenoco e Peru para contrabandear a prata: “Certamente, foi nessas condições que a capitania de Mato Grosso configurou-se também como capitania fronteira viva dinâmica e extremamente importante para determinar os territórios das Coroas (Portuguesa e Espanhola)”. (SIQUEIRA, 2002, p. 43-44). Enfim, essa ideia de garantia e defesa dessa territorialidade conquistada significava, para a Coroa Portuguesa, uma forma de fortificar a região de forças militares suficientes para a manutenção e posse das espacialidades obtidas durante as negociações do Tratado de Madri (1750), sendo um dos aspectos da proposta a definição dos limites das colônias ibéricas. Desse modo, com o aumento do número de postos militares na fronteira, o governador da capitania de Mato Grosso, por quase vinte anos, o capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, mandou construir o Forte de Coimbra, no ano de 1775, e estrategicamente ao longo da fronteira, em junho de 1776, por suas ordens, se deu a construção do Forte Real Príncipe da Beira, monumento que serviu

⁷ Ver Publicações Avulsas n.º 76 – 2010. Cuiabá - IHGMT.

de marco estratégico de fixação da fronteira e garantia dos territórios situados entre as duas vilas da Capitania mato-grossense – Cuiabá e Vila Bela - portanto, ambas as edificações constituíram, a época, também como instituições educativas. Além dessas dimensões, há que se considerar que, pelas regiões da Capitania, as atividades culturais e festivas eram intensas, tanto as promovidas no Palácio do Governo, na Corte Portuguesa, ou pela Igreja Católica, bem como as de iniciativa espontânea da população índia, negra, branca e mestiça, mediante práticas religiosas, comunitárias das irmandades, como a de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e pelas festividades com tradições africanas, predominavam e representavam também certas garantias de segurança e povoamento da região, funcionando como elementos de sociabilidades locais, civilidade e inserção social.

Vale ressaltar que durante os longos anos do governo de Luiz de Albuquerque, na capitania de Mato Grosso, tanto em Cuiabá, como em Vila Bela (Vila Capital), o governante promoveu várias festividades culturais e de sociabilidade. Gilberto Freyre (1978, p. 59) revela que Luiz “[...] foi promotor e animador dessas expansões de alegria portuguesa e dessas exibições de arte européia quase no meio de matos tropicais do Brasil”. Tanto que, cioso da pragmática, comemorava as cerimônias da corte e da igreja, como podemos observar nos Anais de Vila Bela (1734-1789), registro de memória de 1782- apresentado, em Câmara, pelo vereador e alferes Gregório Pereira:

[...] No dia 17 de dezembro, que é o do aniversário da Rainha Fidelíssima, nossa Senhora, foi Sua Excelência, ministros, oficiais militares e nobreza assistir ao *Te Deum laudamus*, que em ação de graça se cantou na igreja matriz [...] Houve no palácio, à noite, um baile de bem disfarçadas ricas máscaras, que a quase não cabiam em três ordens de brincos (dança) por toda a sala grande, que estava muito iluminada e vistosa. Deu Sua Excelência uma suntuosa e

magnífica ceia, na alta noite, em diversas salas, assistindo os ministros e senhoras da terra. Depois da ceia se repetiram algumas poesias sobre o assunto tão feliz e alegre daquele dia [...]. (ANZAI&AMADO. 2006, p.234-235).

Nesse sentido, a pesquisa tem privilegiado a segunda metade do século XVIII e início do XIX, tempo que correspondem as administrações lusitanas de D. José I, D. Maria I e D. João VI. Todavia, a temporalidade do estudo não está sendo entendida como uma demarcação rígida, definida num tempo fixo, mas, flexível para se efetivar retornos e avanços ao longo da temporalidade. Desse modo, um retorno ao final do XVII, XVIII e avanço no XIX se justifica, visto que a circulação de ideias fomentadas num determinado tempo, é, *a priori*, apropriada e consolidada em outros momentos, ocasião em que se salienta o movimento de renovação intelectual no que diz respeito aos campos econômico, político e cultural, na perspectiva das correntes filosóficas, com circularidade no mundo europeu, constituídos no âmbito do embate entre tradição e modernidade e entre fé e ciência. Ideários que, quando transplantado para outras regiões, no caso brasileiro, em especial para a Capitania de Mato Grosso, ganhou novos contornos e adaptações de acordo com as especificidades regionais.

Thais Nívia de Lima Fonseca (2009, p. 11-12) chama a atenção⁸ que a investigação sobre a educação no período colonial precisa levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando-se também suas especificidades regionais. Argumenta ainda a autora que:

⁸ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.11 -12.

[...] significa colocar, no centro das problematizações possíveis, a existência de idéias acerca de uma educação escolar de matriz européia, calcada em seus modelos de civilidade e progresso, em seus preceitos políticos e moraes e sua implantação numa sociedade mestiça, que relia e reelaborava os pressupostos europeizantes, no contexto de outras práticas. Dessa maneira, muitas delas podiam adquirir novos significados, mesmo quando mantinham suas formas originais, incorporando valores advindos tanto de suas matrizes européias quanto de outras referências culturais. Nesse sentido, o papel de grupos e de indivíduos é crucial para a compreensão desses movimentos na perspectiva de mudanças e de permanências, atuando como mediadores entre tempos, espaços e culturas [...].

Assim, a inclusão desse olhar mais ampliado sobre o cenário educacional de Mato Grosso, nos oitocentos, tem possibilitado vislumbrar, organizar e acumular um conjunto documental raríssimo, tendo como foco significativas publicações historiográficas e instrumentais sobre o tema em relevo. A documentação é constituída de fontes de natureza administrativas (correspondências); noticiosas (*Annais*)⁹; notariais e legislativas (testamentos, inventários e benesses)¹⁰, além de outras, porém, riquíssimas e recheadas de informações, pistas e sinais sobre a “educação” e “instrução” escolar na capitania de Mato Grosso, no período colonial, com ênfase para as reformas educacionais, na instituição de aulas régias em Cuiabá e Vila Bela, nos concursos para provimento de cadeiras de professores régios, na contratação e atuação de professores régios, substitutos e particulares, nas reformas de escolas e também sobre o deslocamento de alunos mato-grossenses para os estudos superiores em Portugal, dentre outros aspectos. Não obstante, foi uma das regiões brasileiras onde os jesuítas não atuaram, ou seja, de acordo com a historiografia da educação, os jesuítas, que praticamente monopolizavam a

⁹ *Annais* – gênero narrativo da história que enfeixam documentos noticiosos escrito ano a ano, recheados de eventos, memórias e cotidiano da população nativa, lusitana e a africana, que circulou no espaço de Vila Bela da Santíssima Trindade e da Vila Real do Senhor bom Jesus do Cuiabá, século XVIII (AMADO&CASELLI (2006, p.27).

¹⁰ *Notarias* (inventários e testamentos) e Legislação - documentos de natureza estritamente jurídicos, que refletem no ato escrito as relações políticas, legais sociais e administrativas entre o estado e os cidadãos (CANAVARROS, Otávio [et ali]. 2009, p.16).

educação no Brasil até 1759, estiveram muito transitoriamente em Mato Grosso, uma vez que chegaram em 1751, com o primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura, apenas dois inacianos, Estevão de Castro e Agostinho Lourenço, sendo que a ordem de expulsão, firmada por Pombal, em virtude da Carta Régia de 22/8/1758, os surpreendeu antes mesmo que suas atividades tivessem chegado a extrapolar, tanto na organização de missão como no aldeamento de índios, para o âmbito da educação urbana. Portanto, nas localidades de Vila Bela e Vila de Cuiabá e seus moradores, não puderam comprovar presencialmente, à época, o potencial dos inacianos como professores, contando, portanto, a sociedade mato-grossense com outras modalidades educativas. Nessa perspectiva, Veiga (2007, p. 51) enfatiza que houve outros empreendimentos educativos na América Portuguesa, além dos jesuítas, sejam através de:

[...] Mestres leigos e de clérigos, de instituições religiosas, da Coroa de Portugal e de mulheres leigas (para educação feminina). Vale citar, além disso, os diferentes espaços de sociabilidade onde era possível algum tipo de formação cultural, como as academias literárias, bibliotecas, confrarias e irmandades. Embora tais locais não fossem associados com uma educação de caráter mais formal, foram importantes espaços de integração social [...].

Tanto que as fontes nos mostram os indícios dessas modalidades educacionais, além dos documentos oficiais, com destaque para as narrativas de cronistas, escritores lusitanos e brasileiros, como nos escritos variados de letrados da época, produzidos entre meados do século XVIII e início do XIX. Chama à atenção nesse contexto, às fontes que reportam à modalidade de dimensão não escolar, especialmente, as referentes aos locais de integração social, abundante no aprofundamento da pesquisa, principalmente com relação às atividades de trabalho e de sociabilidade dos grupos que se encontravam centrados no plano de defesa territorial e na militarização da área de fronteira, mediante ações de proposituras da

Coroa Portuguesa. Havia a necessidade de construir, ao longo da extensa fronteira oeste, uma série de estabelecimentos que pudessem garantir o domínio português na América.

Desse modo, as indagações e lacunas sobre o conhecimento historiográfico relativas às práticas educativas e escolares na capitania de Mato Grosso permanecem e, sobre as quais recaem, ainda, parcelas de desconhecimento, gerando questões como: Quem edificou o Forte de Coimbra, no Baixo Paraguai? Quem construiu o Forte Príncipe da Beira e edificou a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade? A Vila Maria (Cáceres) e outras estrategicamente posicionadas na Vila de Cuiabá? E no território mato-grossense? Portanto, é na esteira dessas indagações, que procuraremos identificar, ao lado da educação e instrução, a transmissão dos conhecimentos técnicos e práticos, dos engenheiros e arquitetos mandados virem de Portugal, ou dos centros hegemônicos do Brasil e da Europa, para a qualificação da mão de obra da fronteira, majoritariamente composta de militares de baixa patente, quase sempre sem os estudos de primeiras letras que, auxiliados por outros trabalhadores igualmente inabilitados - homens livres, índios e negros - ergueram, com precisão milimétrica, os estabelecimentos que defenderam as possessões lusitanas. Essa movimentação na fronteira pode ser representada pelas atividades desenvolvidas nos espaços de construções de fortes e fortalezas, segurança dos fortes e prisões, na demarcação da fronteira, no aprendizado dos ofícios domésticos, nas artes, guerras, nas atividades religiosas, como catequeses, festas, procissões, irmandades, atividades comerciais, políticas que compõem as espacialidades e temporalidades que diagramamos.

Vale ressaltar que o aprendizado mecânico apreendido pelos auxiliares de engenheiros, naturalistas e outros profissionais enviados do Reino para reconhecer as potencialidades de Mato Grosso, ou mesmo para erguer fortes e fortalezas ao longo da raia oeste, pode ser reconhecido pelo caso exemplar dos engenheiros, com especial menção a Ricardo Franco de Almeida Serra que, vindo de Portugal para o Brasil, foi responsável por erguer fortalezas ao longo dos rios Guaporé e Paraguai, guardiões natural entre os domínios de Portugal e Espanha. Serra montou verdadeiras escolas de aprendizes engenheiros, ao instruir os soldados, escravos e índios nos trabalhos de construção e edificação do Forte de Coimbra, na fronteira sul da capitania de Mato Grosso. Seus escritos e relatórios evidenciam a existência de um ensino não escolar, mas técnico/ofício e até certo ponto espontâneo e necessário aos trabalhadores que o auxiliavam na edificação daquela fortaleza.

Tanto é que nos escritos, correspondências de Luiz de Albuquerque dirigidas ao poder metropolitano, há evidência de um ensino não escolar obrigatório aos negros e, até certo ponto, espontâneo e necessário aos soldados que o auxiliavam na edificação daquelas fortalezas:

[...] Ontem principiaram a trabalhar os novos pedreiros, sendo o principal entre eles o Nogueira como mais perito (riscadas), e na manhã de hoje acabaram de por as duas faces e ângulos da espalda na altura de 6 palmos, e de tarde foram encher o alicerce do flanco e a parte da cortina da parte do rio aonde hão de trabalhar até se por de livre [...] O dito Nogueira é o único pedreiro que tem capacidade para (riscadas) melhor oficial que havia em Macapá e é o único que pode servir de mestre da obra se V. Ex.^a o houver por bem. Por doença do Patrício Antonio estava suspenso o trabalho da parede e os pretos oficiais ocupados em lavar pedra (riscadas) O Patrício Antonio, que até agora com o seu trabalho fez do que se podia esperar, acho muito necessário enviá-lo à pedreira com uns poucos oficiais dos mais inferiores e aprendizes pretos, a fim de se lavar pedra bastante, e também há de lavar a (riscada) ir incumbido de escolher a melhor pedra que houver para as Reais armas e inscrição da porta para se (riscada) que se deve executar com a maior brevidade conforme V.^a Ex.^a me ordena" [...]. (FREYRE, 1978, p.324-325).

Nessa construção, a documentação recolhida vem sendo analisada tendo por base diálogos com os autores contemporâneos que tratam do território brasileiro e mato-grossense nos setecentos e segunda metade dos oitocentos, procurando sobrelevar a dinâmica educacional no interior da população, seja no âmbito da “instrução” ou na “educação”. A princípio são quem instrumentalizam e oferecem as lupas com as quais enxergamos os lugares de práticas socioculturais e escolares dos moradores da Vila de Cuiabá e Vila Bela. Com eles, experimentamos também o pensamento sobre a ideia de “educar e instruir” produzida no contexto da Ilustração, na proposição de novas formas de organização do método de estudar e ensinar, com composições plantadas, à época, em Portugal e na América Portuguesa, segunda metade do século XVIII. Nessas bases, a opção do estudo recaiu, também, sobre os conceitos e categorias elaborados por Michael de Certeau (1994), Norbert Elias (1994), Roger Chartier (1996) e Sérgio Buarque de Holanda (1994), no que diz respeito aos saberes, fazeres, comportamentos, representações e à invenção do cotidiano do homem comum, especialmente no que diz respeito ao entrecruzamento de tradições culturais, na cultura material e nos movimentos de assimilação e apropriação mútua de saberes e fazeres dessas tradições, portanto, aspectos revelados nos movimentos que envolvem os sujeitos sociais a partir de realidades vivenciadas no cotidiano das diferentes espacialidades e temporalidades de Mato Grosso.

Desse modo, os saberes locais e aqueles transplantados pelos europeus, como o aprendizado educacional da leitura e da escrita, ou da gramática, quanto do aprendizado de noções básicas reveladas através do desempenho de ofícios mecânicos presentes nas artes, na educação doméstica, moral e religiosa. Mas não

só isso, mas, sobretudo manifestas através das construções e vivências e espaços de troca de experiências e registros de memórias, que ocorrem de apropriações e de possibilidades de reconstruções de referências culturais, na intenção de se substituir antigos hábitos e costumes por aqueles revestidos de “civilidade”, tendo por base o “comportamento”, o “exemplo”, a “imitação” o “refinamento de hábitos” e outras modalidades de incorporação do ideário de “civilização” preconizados no interior do mundo colonial, em especial, na capitania de Mato Grosso.

Todavia, o estudo procurou alargar os conceitos de “educação” e “instrução”, de forma a abarcar as definições elaboradas pelos intelectuais da época e estudiosos contemporâneos sobre os conceitos e categorias, no intuito de explicar o processo de escolarização, com vistas a prepará-los para o convívio adequado em sociedade. Para isso, fez-se uma breve digressão sobre os dois termos, ocasião em que foi apropriado do estudo de Cláudio Denipotti e Thais Nívia de Lima e Fonseca, intitulado *Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVII* (2011, p.139-154) – o qual evidencia a necessidade de adquirir “instrução”, ou “educação” que, muitas vezes, segundo os autores, nem sempre se encontram claramente definidos, conforme os sentidos atribuídos em diferentes tipos de textos, incluindo-se os dicionários da época. Revelam ainda que os dois termos acabem por indicar algumas distinções quanto aos seus elementos constituintes e, sobretudo quanto aos seus objetivos.

Tanto, que procuram mostrar a historicidade dos termos desde os setecentos. A identificação na obra de Comenius (1675 apud DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p. 148) revela [...] “[...] como um tratado da “arte universal de ensinar tudo a todos” e ao

explicar o que isso significa afirmou que seria a maneira pela qual a juventude pudesse ser “formada nos estudos”, “educadas nos costumes” e “instruídas em tudo o que diz respeito à vida presente e futura”. Do mesmo modo, dialogam com essas noções nos escritos de Locke (1692 apud DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p. 148): [...] preocupado com a educação do *gentleman* Locke comungava com uma concepção corrente no Antigo Regime, sobre a importância da educação das elites, pois delas partiriam os exemplos a serem seguidos pelo restante da população, sobretudo das camadas populares” - concepção regida pela crença na educação como formação para a vida em sociedade e a considerava como a parte mais importante de todo o processo [...] sobre a natureza da instrução, ele criticava o fato de ser esta sempre associada à educação e quase sempre como sendo o que nela haveria de mais importante [...] para ele, os efeitos positivos da instrução só poderiam ter sentido e florescer em terreno fertilizado pela educação para os bons hábitos e pela eliminação das más inclinações [...]. Em Rousseau (1762 apud DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p. 149), nos mostram que ele “[...] privilegiava as funções formativas de uma educação ética, necessária para a formação intelectual e defendia o adiamento, ao máximo possível, de qualquer forma de educação. Portanto, “[...] colocava a instrução como meio de aquisição de conhecimentos, mas somente depois da construção de uma sólida e segura educação ética [...]. Sublinham ainda os autores (Idem, 2011, p. 150) que Portugal, mesmo com as suas particularidades, também ofereceu uma produção intelectual no qual o tema da educação era relevante e coerente com o pensamento da época sobre o que seriam a “educação” e a “instrução” e suas funções na sociedade. Tanto que segundo Raphael Bluteau (1712 apud DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p.10, “educação” é definida como “criação para a direção dos costumes. [...] o que tem cuidado da

educação de alguém. Educar aparece como “criar no seu lugar” e educado seria “criado, ensinado”. Já a “instrução” é definida como a ação de instruir. “Instrução dos meninos”, bem como “documentos, ou princípios de doutrina, para conhecimento das ciências assim humanas como divinas, como também para a vida moral”. Na obra de Verney (1746 apud DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p. 151) *Verdadeiro método de estudar* considerada uma das principais influências na elaboração das reformas da educação iniciadas durante o reinado de D. José I (1750-1777) e capitaneadas por seu poderoso ministro Marquês de Pombal. “[...] ele criticava aquela visão de educação entendida exclusivamente como formação moral e ética. Sem negligenciar a necessidade de cuidar dela, considerava que deveria ser fundada nos princípios da razão, e não da mera especulação [...]”. Considerava também que “[...] por uma educação mais pragmática poderia ter para o bem do Estado e da sociedade [...]” Em sua reformulação dos conceitos, entendia que “o ensino das virtudes deveria ter o mesmo status que o ensino de conhecimentos práticos, o que resultaria em um indivíduo moderno, útil à vida civil”.

Assim, as convergências dessas definições propostas por Denipotti e Fonseca (2011, p. 151) presentes em diferentes tipos de obras produzidas entre os séculos XVII e XIX, demonstram que em linhas gerais “[...] a ideia de instrução esteve associada ao acesso e à aquisição de conhecimentos que tivessem utilidade prática [...]”. Cumpre lembrar ainda, conforme sublinha os autores que “[...] ao tratar de processo ocorrido no contexto da ilustração e de seu raio de influência, o entendimento de educação como ligado à ideia de instrução estaria cada vez mais fortalecido”.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Organizadoras). *Anais de Vila Bela 1734 – 1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, 319p.
- ANNAIS do Sennado da Câmara do Cuyabá: 1719-1830* (Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki). Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, 267p.
- CANAVARROS, Otávio et al. (Orgs.). *Coleção de Documentos Raros: Notariado e Legislação de Mato Grosso no Período Colonial (1728-1744)*. Cuiabá: EdUFMT, 2009, 203p.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, 351p.
- CHARTER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, 245p.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil.(Orgs.) STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. *História e memória da educação no Brasil, vol.1: séculos XVI-XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, 315p.
- DENIPOTI, Cláudio e FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII*. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v, 4, n. 2, p. 139-154, jul/dez.2011.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 277p.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumem: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autentica 2009, 174p.
- _____. *O ensino Régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 106p.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição Para Uma Sociologia da Biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador de Mato Grosso, no fim do século XVIII*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978, 404p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. I A Época Colonial: Administração, Economia, Sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, 518p.
- _____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 301p.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. *Instruções aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, 106p.
- LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001. nº 19 (Publicações Avulsas), 192p.

MOURA, Antonio Rolim de. *Notícias sobre o estado das minas do Mato Grosso e suas dependências e o quanto nelas se tem obrado*. Cuiabá: IHGMT. nº 76, 2010, p.44p. (Publicações Avulsas).

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk *Maria Terra da Conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, 230p.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da Ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, 272p.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil - Colonial – 1500 – 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, 594p.

VEIGA, Cynthia Greive. Circulação de Conhecimento e práticas de educação no Brasil colonial (séculos XVI a XVIII). *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007, 328p.